



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679765 - MG (2021/0217300-4)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : EDUARDO HEINZ GAIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO HEINZ GAIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (09249366620198130000).

O paciente foi condenado às penas de 7 anos e 4 meses de reclusão em regime inicialmente fechado e de 560 dias-multa por infração ao art. 33, § 4º, c/c o art. 40, V, da Lei n. 11.343/06. Interposto recurso pela defesa, a sentença foi integralmente mantida, e o acórdão transitou em julgado em 2009. Em julho de 2019, a impetrante entrou com pedido de revisão criminal, pugnando pela reanálise da dosimetria da pena, no tocante às circunstâncias judiciais, fração de redução pela confissão espontânea e fração redutora do tráfico privilegiado, o qual foi parcialmente deferido.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, em afronta ao princípio da legalidade da pena, que enseja o excesso de execução, ao defender que no caso a redução da pena, uma vez preenchidos os requisitos legais, deve ser inteiramente aplicada sem levar em consideração a quantidade e a natureza das drogas apreendidas; que é cabível a fixação do regime semiaberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade.

Alega que foi demonstrado o *fumus boni iuris*, sendo visível e inegável o *periculum in mora* em manter-se a decisão impugnada, o que justifica a concessão de medida liminar.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para suspender os efeitos do acórdão impugnado, até o final julgamento de mérito desta impetração; no mérito, pugna pela concessão da ordem para modificar o acórdão e aplicar a fração redutora do tráfico privilegiado em 2/3 e abrandar o regime inicial para o cumprimento de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente